

Farmácias age-friendly: o que falta fazer?

Rita Pedro ^{1*}, Rui Resende ², Ana Reis ³, Ramona Mateos-Campos ⁴, Agostinho Cruz ⁵

¹ REQUIMTE/LAQV, Escola Superior de Saúde, Instituto Politécnico do Porto, Rua Dr. António Bernardino de Almeida, 4200-072 Porto, Portugal & Faculdade de Farmácia da Universidade de Salamanca, Campus Miguel de Unamuno, C. Lic. Méndez Nieto, s/n, 37007 Salamanca, Espanha, rpm@ess.ipp.pt

² Escola Superior de Desporto e Lazer, Instituto Politécnico de Viana do Castelo; SPRINT - Sport, Physical Activity and Health Research & Innovation Center – (Centro de investigação & inovação do desporto, atividade física e saúde), R. Dom Moisés Alves Pinho 4900, 4910-023 Viana do Castelo, Portugal, qualisacademic@gmail.com

³ REQUIMTE/LAQV, Escola Superior de Saúde, Instituto Politécnico do Porto, Rua Dr. António Bernardino de Almeida, 4200-072 Porto, Portugal & Faculdade de Farmácia da Universidade de Salamanca, Campus Miguel de Unamuno, C. Lic. Méndez Nieto, s/n, 37007 Salamanca, Espanha, rpa@ess.ipp.pt

⁴ Faculdade de Farmácia da Universidade de Salamanca, Campus Miguel de Unamuno, C. Lic. Méndez Nieto, s/n, 37007 Salamanca, Espanha, rmateos@usal.es

⁵ REQUIMTE/LAQV, Escola Superior de Saúde, Instituto Politécnico do Porto, Rua Dr. António Bernardino de Almeida, 4200-072 Porto, Portugal, agostinhocruz@ess.ipp.pt

*Autor correspondente

Enquadramento: O envelhecimento da população mundial é, simultaneamente, um triunfo muito significativo e um grande desafio [1]. É, por isso, crucial, adaptar os sistemas de saúde à população mais velha. As farmácias comunitárias, enquanto acesso privilegiado a cuidados de saúde, devem ser consideradas na adaptação e renovação dos espaços [2–4]. **Objetivo:** Este estudo visa identificar barreiras e facilitadores que possam influenciar o atendimento e aconselhamento de adultos mais velhos, em farmácias comunitárias.

Métodos: Foram realizados 4 *focus groups* com 18 profissionais de farmácia com pelo menos três anos de experiência profissional em farmácia comunitária e que estivessem atualmente no exercício. As reuniões foram realizadas via Zoom. Foram também realizados 6 *focus groups* com 51 adultos mais velhos (65 ou mais anos), autônomos e frequentadores assíduos da farmácia comunitária. As reuniões foram presenciais. O áudio foi gravado, as entrevistas foram transcritas na íntegra e os dados foram geridos com recurso ao NVivo® (versão 15). **Resultados:** Os resultados foram organizados em 3 categorias – barreiras centradas nos profissionais de farmácia, nos adultos mais velhos e no espaço físico. Destacam-se a gestão do tempo (centrado nos profissionais de farmácia); o isolamento (centrado nos adultos mais velhos) ou a zona de espera (centrado no espaço físico). A mesma categorização foi usada para os facilitadores, com uma categoria adicional, centrados na sociedade. Nestes, destacam-se as competências humanas (centrado nos profissionais de farmácia); as estratégias para gestão de medicação (centrado nos adultos mais velhos); ambiente físico da farmácia e a entrega ao domicílio (centrado na sociedade). Muitas barreiras e facilitadores foram comuns às duas populações em análise. **Conclusões:** Este estudo indicia a urgência do envolvimento das farmácias comunitárias em iniciativas *age-friendly*, de forma a criar ambientes seguros para a população mais velha, uma das mais assíduas das farmácias comunitárias.

Palavras-chave: barreiras; facilitadores; farmácia comunitária; adultos mais velhos

Reconhecimentos

Esta pesquisa não recebeu financiamento externo.

Referências

1. WHO. Active ageing: a policy framework [Internet]. 2002 [citado 30 de julho de 2025]. Disponível em: <https://iris.who.int/handle/10665/67215>
2. WHO. The legal and regulatory framework for community pharmacies in the WHO European Region [Internet]. World Health Organization. Regional Office for Europe; 2019 [citado 12 de julho de 2024]. Relatório No. Disponível em: <https://iris.who.int/handle/10665/326394>
3. Portaria n.º 1429/2007 de 2 de novembro [Internet]. Diário da República, 1.ª série — N.º 211 — 2 de Novembro de 2007. 2007. Disponível em: <https://diariodarepublica.pt/dr/legislacao-consolidada/portaria/2007-115010275>
4. Portaria n.º 97/2018 de 9 de abril [Internet]. Diário da República, 1.ª série — N.º 69 — 9 de abril de 2018. 2018. Disponível em: <https://diariodarepublica.pt/dr/detalhe/portaria/97-2018-115006162>